

## 1. MPF recomenda revogar portaria que altera a composição do FNE

O Ministério Público Federal recomendou a revogação da portaria do Ministério da Educação (MEC) que altera a composição do Fórum Nacional de Educação (FNE). A recomendação, feita por meio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), foi encaminhada em 10 de maio ao presidente da República, Michel Temer, e ao ministro da Educação, Mendonça Filho.

A portaria foi publicada no último dia 27 de abril e exclui entidades representativas de segmentos essenciais como o campo, o ensino superior e a pesquisa em educação. O texto também estabelece que membros do colegiado devem disputar vaga, além de conceder à figura do ministro a atribuição de decidir quem ingressa ou sai da composição ativa do fórum.

O PROIFES-Federação, uma das entidades excluídas, assina em conjunto com mais de vinte organizações, nota de repúdio à Portaria 577/2017 que dissolve o Fórum Nacional de Educação

Para a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, a medida desrespeita as cláusulas da Constituição Federal acerca da participação e da independência, além de violar os princípios constitucionais da gestão participativa e democrática, e de contrariar a literalidade do art. 6º da Lei 13.005/2014, que pauta a atuação do FNE.

“A presente recomendação deve ser cumprida a partir de seu recebimento, destacando-se que seu descumprimento poderá caracterizar a inobservância de norma de ordem pública”, diz o texto da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão enviado à Presidência da República e ao MEC.

Procurado pela Agência Brasil, o MEC disse que, até o momento, não recebeu a notificação do MPF.

A pasta disse, por nota, que “corrigiu distorções claras” de medidas adotadas durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016). Segundo a pasta, em portaria publicada em 2014, a gestão anterior incorporou ao FNE “representações de segmentos que já estavam representados, criando uma sobreposição, com a intenção de ampliar o número de votos nas decisões do fórum e fortalecendo o viés político-partidário”.

“A atual gestão do MEC determinou a volta da composição original do FNDE e agregou representações relevantes que estavam fora”, diz a nota do ministério. O fórum “está mantido e fortalecido, representado por diversos segmentos”, conclui a nota.

### Fórum Nacional de Educação

O FNE foi criado em 2010, com as atribuições de coordenar as conferências nacionais de Educação e promover a articulação das conferências com as conferências regionais, estaduais e municipais que as precederem.

Outra função é acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação (PNE), lei sancionada em 2014, que fixa metas para melhorar a educação até 2024. Uma das metas é investir em educação, anualmente, pelo menos o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas produzidas pelo país), até 2024. Atualmente, o setor educacional recebe o equivalente a 5,3% do PIB.

Entidades ligadas à educação consideraram a medida arbitrária e inadmissível, mas o MEC diz que a alteração evita que discussões político-partidárias interfiram na política educacional do país.

Recentemente, o Ministério da Educação publicou decreto no qual designa à Secretaria Executiva do MEC as funções de “supervisão” e “orientação” da Conferência Nacional de Educação. A

Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão encaminhou na última terça-feira (9), um pedido de esclarecimentos.

*(de Notícias PROIFES)*

## **2. CD define participação e ações do PROIFES para barrar retrocessos**

O Conselho Deliberativo (CD) do PROIFES-Federação, reunido nos dias 5 e 6 de maio de 2017, teve como pauta: a avaliação da Greve Geral do dia 28 de abril; o andamento da votação da Reforma da Previdência; a avaliação da votação das reformas nos plenários (Previdência na Câmara e Trabalhista no Senado); a discussão das mudanças da Reforma da Previdência no substitutivo do relator; a avaliação das ações do MEC; e as propostas de ação política – mobilização para as votações.

Os informes de todos os sindicatos federados presentes apontaram para o sucesso das mobilizações do dia 28 de abril em suas respectivas bases e para a necessidade de unidade em mais ações contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287 de 2016, mais conhecida como Reforma da Previdência, e também contra a Reforma Trabalhista. A Greve Geral do dia 28 de abril foi, assim, avaliada como uma das mais significativas manifestações ocorridas no Brasil nos últimos tempos.

Os conselheiros presentes foram unânimes em afirmar a necessidade de garantir a manutenção dos ganhos civilizatórios hoje assegurados na legislação brasileira – tanto no que concerne as relações de trabalho como no que diz respeito à proteção social determinada pelo sistema de seguridade – e nesse sentido aprovaram indicar a participação dos sindicatos filiados ao PROIFES-Federação em movimentos que tenham como princípio: a defesa da educação pública, da democracia e do crescimento econômico; a luta contra a corrupção e o desemprego.

A próxima reunião do Conselho Deliberativo ficou agendada para os dias 2 e 3 de junho.

## **3. PROIFES defende rejeição total da PEC 287 em audiência pública na Câmara**

Realizou-se, no dia 27 de abril, na Câmara dos Deputados, em Brasília, audiência Pública presidida pelo deputado Leo de Brito (PT-AC), tendo como tema debater “Os impactos da Reforma da Previdência na Educação Brasileira”.

Falando pelo PROIFES, o professor Eduardo Rolim iniciou sua fala classificando a Reforma da Previdência como “profundamente injusta e deletéria para os interesses da sociedade”, e, na sequência, questionou a fundamentação apresentada pelo governo para justificar a Reforma – a insustentabilidade financeira do sistema previdenciário brasileiro. “Sabemos que não existe déficit na seguridade social, no Brasil; ao contrário, ela é superavitária. Na verdade, a motivação do governo é incentivar a privatização do sistema de previdência pública – é isso que está em jogo”, disse ele. E continuou: “A PEC prejudica os mais pobres, as mulheres, os trabalhadores rurais, as pessoas que dependem mais fortemente da Previdência Social. E o substitutivo agora apresentado pelo relator da Reforma, deputado Arthur Maia (PPS-BA) consegue, em muitos pontos, ser pior que o projeto originalmente apresentado”. Rolim afirmou também que o impacto da Reforma da Previdência na educação será imenso e “vai comprometer o futuro da nação”, acrescentando que a posição da entidade é de rejeição total da PEC 287. “Aqueles deputados que votarem a favor da Reforma não voltarão [em 2018]”, concluiu ele.

Dentre os convidados estava também a professora Eblin Farage, presidente da Andes, para quem a PEC 287 “ataca frontalmente a defesa da escola pública, destrói os serviços públicos e sociais, e desestrutura a universidade pública”. Já Beatriz Cerqueira, secretária da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), lembrou que desde o período do Brasil Império os professores têm um regime especial [de aposentadoria], e há um motivo para isso”. Outros integrantes da mesa na audiência foram Osvino Toillier, diretor administrativo da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), e a irmã Adelir Weber, da Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu), que defenderam a importância da educação na formação social e solidária do país, em especial dos estudantes jovens.

A nota destoante ficou por conta da vice-presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP), Elizabeth Guedes, que pediu aos deputados que votem sim à PEC 287, porque “há um déficit na Previdência: “Estamos gastando quase 1% do PIB (Produto Interno Bruto) do país com aposentadorias. Temos que pensar o Brasil com mais generosidade”, disse ela.